

WELLINGTON PEDRO/GOVERNO MG



Governador dá posse a Carlos André Mariani

O procurador de Justiça Carlos André Mariani Bittencourt foi empossado no cargo de Procurador-Geral de Justiça, em 14 de novembro, pelo governador Alberto Pinto Coelho para o biênio 2014/2016. Carlos André entra em exercício para o novo mandato perante o Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em cerimônia no dia 9 de dezembro.

PÁGINA 2

AMMP leva a Agenda Cultural a Pouso Alegre e Poços de Caldas

Pouso Alegre recebeu, no dia 23 de outubro, mais uma Agenda Cultural promovida pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). Foi realizada reunião de trabalho entre os associados e a diretoria, na Sede das Promotorias, coordenada pelo presidente da AMMP, Nedens Ulisses, e pela 1ª vice-presidente Shirley Fenzi. No dia 24 de outubro, a reunião de trabalho foi com associados de Poços de Caldas. Foram tratados temas institucionais e de interesse da categoria em ambos os encontros.

PÁGINA 3



PEDRO HENRIQUE

Mineiros conquistam o primeiro lugar do Prêmio CNMP 2014

Celso Penna Fernandes Júnior e Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, da Promotoria da Infância e Juventude de Belo Horizonte, conquistaram o primeiro lugar do Prêmio CNMP 2014 com o “Protocolo de humanização do atendimento às vítimas de violência sexual”, na categoria Indução de Políticas Públicas; e Marcos Paulo de Souza Miranda, da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, levou dois prêmios com o trabalho “Combate ao comércio ilícito de bens culturais”, primeiro lugar na categoria Unidade de Eficiência da atuação Institucional e Operacional e quinto lugar na categoria Profissionalização da Gestão.

PÁGINAS 8 E 9

Carlos André é reconduzido para o biênio 2015-2016

O procurador de Justiça Carlos André Mariani Bittencourt foi nomeado pelo governador Alberto Pinto Coelho para mais um biênio à frente da Procuradoria-Geral de Justiça no dia 7 de novembro. Carlos André disputou o cargo com o procurador de Justiça Rômulo de Carvalho Ferraz.



Bárbara Peixoto

▲ A AMMP promoveu debate entre os dois candidatos



Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammmp@ammmp.org.br
www.ammmp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente:
Nedens Ulisses
Freire Vieira

1º vice-presidente:
Shirley Fenzi Bertão

2º vice-presidente:
João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente:
Edson Ribeiro Baêta

4º vice-presidente:
Gustavo Mansur
Balsamão

1º diretor administrativo:
Carlos Henrique
Torres de Souza

2º diretor administrativo:
Gilberto Osório Resende

1º diretor financeiro:
Selma Maria Ribeiro
Araújo

2º diretor financeiro:
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres
Bárbara Peixoto
(MG 0018414)
Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem
1.000 exemplares

A eleição foi nos dias 4 e 5 de outubro. O resultado da votação para formação da lista encaminhada ao governador saiu no dia 5 de novembro. Carlos André recebeu 693 votos e Rômulo de Carvalho Ferraz, 445. Foram 14 votos em branco e nove, nulos.

Carlos André Mariani Bittencourt é natural de Belo Horizonte e tem 49 anos. Foi promotor de Justiça nas comarcas de Ibiraci, Diamantina, Barbacena e Belo Horizonte. Atuou nas áreas de

Família e Fazenda Pública, Defesa do Patrimônio Público, além de exercer funções junto à Procuradoria Regional Eleitoral de Minas Gerais e de coordenar o Centro de Apoio Operacional Estadual do Ministério Público de Minas Gerais.

Exerceu o cargo de chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça até 2008 e, em fevereiro de 2011, assumiu o cargo de procurador-geral de Justiça adjunto Administrativo. Em dezembro de 2012, tomou posse

como procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, cargo que ocupou até outubro deste ano, quando se afastou para a disputa, assumindo a PGJ a procuradora Maria Odete Souto Pereira.

Debate

A AMMP promoveu debate entre os dois candidatos – Carlos André e Rômulo Ferraz na manhã do dia 3 de novembro.

O debate foi transmitido ao vivo pela internet.

Ruth Lies reassume a Ouvidoria

A procuradora de Justiça Ruth Lies Scholte Carvalho foi reconduzida, no dia 9 de outubro, à Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). A solenidade ocorreu no gabinete da procuradora-geral de Justiça, Maria Odete Souto Pereira.

Ouvidora do MPMG desde 2012, Ruth Lies salientou a importância da Ouvidoria para o MPMG e para a sociedade, pois, segundo ela, “o órgão fornece aos administradores do Ministério Público um perfil da instituição visto pelo cidadão”, além de oferecer um diagnóstico das

áreas que devem ser priorizadas. “Foi essa identidade e esse engajamento da Ouvidoria que me levou a aceitar a recondução”, afirmou.

Ruth Lies Scholte Carvalho

ingressou no MPMG em 1983. Dez anos depois foi promovida ao cargo de procuradora de Justiça. De 1996 a 1998, foi corregedora-geral. Em 2005, se tornou membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De 2008 e 2009, foi procuradora-geral de Justiça adjunta Jurídica.

MPMG



◀ Ruth Lies e Maria Odete

AMMP promove Agenda Cultural em Pouso Alegre e Poços de Caldas

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promoveu, no dia 23 de outubro, Agenda Cultural em Pouso Alegre e Poços de Caldas. Foram realizadas reuniões de trabalho nas duas seções regionais da AMMP, coordenadas pelo presidente Nedens Ulisses e pela 1ª vice-presidente Shirley Fenzi. Foram tratados temas institucionais e de interesse da classe.

Em Pouso Alegre, o procurador de Justiça Antônio de Padova Marchi Júnior fez palestra sobre “A expansão do Direito Penal”, na Faculdade de Direito do Sul de Minas. Pádova é mestre e doutor em Ciências Penais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor de Direito Penal do Centro Universitário UNI-BH. Foi corregedor-geral do MPMG.

FOTOS PEDRO HENRIQUE



▶ Nedens presidiu a reunião de trabalho



◀ Antônio de Padova fez palestra sobre “A expansão do Direito Penal”



▶ Congratimentação em Poços de Caldas



▶ Depois da reunião, o encontro festivo em Pouso Alegre



▶ Na Faculdade de Direito, a interlocução do MP com a academia

A Voz do Ministério Público aborda acolhimento de crianças e adolescentes, drogas, eleições e serviços de saúde

O promotor de Justiça de Uberlândia Jadir Cirqueira de Souza foi o entrevistado do dia 7 de outubro de *A Voz do Ministério Público*. Ele falou sobre seu trabalho “Redução do Número de Crianças e Adolescentes em Regime de Acolhimento Institucional”, com o qual ganhou o primeiro lugar do concurso Melhores Práticas do Ministério Público edição 2013.

No dia 21, o entrevistado foi o promotor de Justiça Leonardo Távora Castelo Branco, que falou sobre o trabalho da Promotoria de Tóxicos de Belo Horizonte, o enfrentamento ao tráfico de drogas, dentre outras questões relacionadas ao tema.

O promotor de Justiça Édson de Resende Castro, coordenador do Centro de Apoio Eleitoral, foi o entrevistado do dia 7 de novembro. Ele falou sobre a qualidade da campanha eleitoral deste ano, o combate às candidaturas fictícias e a impugnação dos ficha-suja, dentre outros temas.

O promotor de Justiça Rodrigo Ferreira de Barros foi o entrevistado de *A Voz do Ministério Público* que foi ao ar no dia 23 de novembro. Ele falou sobre o projeto “Diagnóstico de funcionamento dos serviços públicos de



▲ Benny Cohen e Jadir Cirqueira

saúde” com o qual ganhou o terceiro lugar do concurso Melhores Práticas do Ministério Público edição 2013.

O programa vai ao ar às terças-feiras, às 12h30 e às 22 horas, pela TVCBH - canal 6 NET; canal 13 da OI; e pelo site www.tvcbh.com.br. É reprisado pelo mesmo canal às quintas-feiras, às 14 e às 22 horas; aos sábados, às 8h30; e, aos domingos, às 13 horas. É também exibido pela TV Assembleia, às segundas-feiras, às 19 horas; às quartas-feiras, às 2 da manhã; às quintas, às 5 da manhã; e, aos sábados, às 6h30.



▲ Édson de Resende Castro



▲ Leonardo Távora Castelo Branco



▲ Rodrigo Ferreira

Todos os programas estão disponíveis no site da AMMP (www.ammp.org.br)

Agenda Cultural: AMMP e Inpej trazem a Belo Horizonte o professor David Miller

David Miller falou sobre o “racionalismo crítico”

A Associação Mineira do Ministério Público, em parceria com o Instituto Popperiano de Estudos Jurídicos (Inpej), trouxe a Belo Horizonte o professor David Miller, da

Universidade de Warwick, Inglaterra, que proferiu palestra no auditório do edifício-sede, no dia 29 de setembro, dentro da programação do I Simpósio de Pesquisa Jurídica do Inpej. O que se propôs foi uma reflexão e (re)construção do olhar crítico sobre os fundamentos do saber jurídico. O encontro destinou-se aos estudantes e profissionais das diversas áreas do Direito.

A palestra de Miller “A lógica do racionalismo crítico” partiu da definição de racionalismo crítico, passando por conjecturas, verificação da verdade e as regras da lógica. David Miller falou um pouco de seu trabalho ao lado de Karl Popper,

considerado um dos maiores filósofos do século XX, de seu primeiro encontro com ele há 50 anos e da amizade que fluiu nesse tempo.

David Miller é autor de várias obras com ênfase no racionalismo crítico e foi assistente de Popper por algumas décadas.

A primeira-vice presidente da AMMP, Shirley Fenzi, participou da mesa, ao lado de Miller e dos professores Rosemiro Pereira Leal, presidente do Inpej; Vinícius Diniz Monteiro Barros, diretor do Inpej; Adilson de Oliveira, Procurador de Justiça e membro do Inpej; Sérgio de Moraes, pró-reitor de pesquisa da PUCMinas; e Guilherme Colen.



PEDRO HENRIQUE

Associação realiza reunião com aposentados

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promoveu, no dia 10 de novembro, reunião com aposentados para tratar de interesses específicos desses associados, tais como resgate de créditos e a manutenção da paridade com os membros da ativa. A reunião foi coordenada pelo presidente da AMMP, Nêdens Ulisses.

Participaram ainda a primeira vice-presidente Shirley Bertão; o presidente da Academia de Letras do Ministério Público, Luiz Carlos Abritta; o advogado Luís Carlos Parreiras Abritta e a assessora para Assuntos de Aposentados e Pensionistas, Marlene Maria Almeida Fernandes.



PELO HENRIQUE

AMMP promove Confraternização Anual

A Confraternização Anual da AMMP será realizada em 12 de dezembro, a partir das 22 horas, no Espaço Meet Porcão. O evento contará com as bandas Copo Lagoinha (samba e choro) e Putz Grilla (pop rock).

Nos dias 10 e 11 de dezembro, será realizado o Bazar da Afemp (Associação Feminina do Ministério Público), no hall de entrada do edifício-sede, cuja renda será

revertida para obras sociais atendidas pela Associação. Serão comercializados artesanatos, perfumes, camisas, lingerie e objetos de decoração, dentre outros produtos.

Pensionistas

Já no dia 18 de dezembro, às 10 horas, será realizado o Café da Manhã de Confraternização de Natal das Pensionistas, no salão de festas da AMMP.

Retratos

A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais (Alemp) vai inaugurar, em 15 de dezembro, às 18 horas, a Galeria de Retratos com as fotos do patrono da sede promotor de Justiça Joaquim Cabral, pai do secretário da Alemp, Joaquim Cabral Netto; e do patrono da Alemp, procurador de Justiça Mauro da Silva Gouveia, ex-presidente da AMMP biênio 57/59.



Se você tem mais de 65 anos, JustVida tem um plano perfeito para você.

Quem tem mais de 65 anos tem necessidades diferentes de quem está começando a vida. Por isso existe JustVida Sênior. Ele é um seguro de vida exclusivo para quem é da área da Justiça e oferece vantagens que os outros seguros não tem. JustVida tem excelentes opções de capitais segurados, não requer exames prévios ou declarações de saúde e é muito simples de fazer: basta ligar para Siena Corretora de Seguros no telefone 0800 771 1231 e solicitar a visita de um consultor. Quer saber mais? Visite o Portal de Seguros da AMMP ou entre em contato com a Siena Corretora de Seguros.

Portal de Seguros da AMMP: www.sienaseguros.com.br/ampmpseg



AMMP promove exposição de óleo sobre tela de Amália Siqueira

FOTOS MARIA DO SOCORRO



A exposição da artista plástica Amália Vieira foi aberta, no final da tarde do dia 30 de setembro, no hall de entrada da AMMP com 15 quadros óleo sobre tela. Seus temas prediletos são flores, paisagens e cidades.

Essa é a segunda exposição da arquiteta, que começou a pintar em 2007. “Essa paixão carregou desde menina”, confessou. A técnica dos “pontinhos” e “quadrinhos” foi desenvolvida por ela. “Pontos coloridos que, reunidos, representam paisagens em explosões

multicoloridas”, completou.

Essa técnica pode ser comparada a simbologia do “pixel” ou seja, pontos ou pinceladas nos quais se atribuem cores. De forma mais simples, um pixel é o menor ponto que forma uma imagem, sendo que o conjunto de milhares de pixels formam a imagem inteira.

Maria Amália Santos Vieira, natural de Uberaba, é filha do procurador de Justiça aposentado Waldir Vieira. Graduou-se pela Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais.



Acadêmicos visitam procuradora-geral de Justiça

A procuradora-geral de Justiça Maria Odete Souto Pereira recebeu, no dia 17 de outubro, membros da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais (AlemP/MG). Além dos procuradores de Justiça Luiz Carlos Abritta e Antônio Lopes Neto, respectivamente presidente e vice-presidente da AlemP,

estiveram presentes os também procuradores de Justiça Selma Maria Ribeiro Araújo, Abelardo Teixeira Nunes, Maurício Braga de Mendonça e Sérgio Parreiras Abritta.

Maria Odete, escritora e poetisa, é também acadêmica e disse ter ficado feliz e honrada com a presença dos colegas.



MPMG

Promotores de Justiça recebem a Ordem do Mérito Legislativo

MPMG



Os promotores de Justiça Attilio Ferdinando Pellicci, de Brasópolis; Glaucir Antunes Modesto, de Poços de Caldas; Marco Aurélio Nogueira, de Uberlândia; e Marcos Paulo de Souza Miranda, de Belo Horizonte, coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, receberam a Medalha do Mérito Legislativo, em solenidade no dia 13 de novembro na Assembleia Legislativa. A procuradora-geral de Justiça Maria Odete Souto Pereira compôs a mesa de honra com os membros da AlemP e outras autoridades.

Neste ano, a comenda, que teve como tema o bicentenário de morte do mestre do barroco mineiro, Aleijadinho, agradeceu 249 personalidades e entidades que se destacaram pelos serviços prestados ou méritos excepcionais e que, por isso, tenham se tornado merecedoras do reconhecimento da ALMG.

A oradora oficial da solenidade foi a empresária, colecionadora de arte e empreendedora cultural Ângela Gutierrez. Entre os homenageados estavam desembargadores, prefeitos, secretários de Estado e artistas.

Fundação Escola abre inscrição para Curso de Direito Penal na Universidade de Roma

A Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP) recebe inscrições até 1º de março de 2015, em primeira chamada, ao Curso de Direito Penal (Desafios de Eficiência e de Legitimidade), que será realizado na Universidade de Roma Tor Vergata (Itália) de 19 a 30 de outubro de 2015. Promotores e procuradores de Justiça mineiros, para terem prioridade a uma das 30 vagas reservadas, devem enviar a inscrição, impreterivelmente, até 1º de março de 2015.

Interessados devem enviar pedido de inscrição para o e-mail iennaco@mpmg.mp.br. O requerimento de inscrição deve estar instruído com *curriculum vitae*, bem como link de acesso ao currículo lattes, se tiver; carta de postulação; informação sobre eventual envolvimento com pesquisas nas ciências penais, inclusive publicações; indicação de eventual experiência na aplicação do Direito Penal, com indicação do cargo ocupado ou função exercida; exposição das razões pelas quais pretende realizar o curso, especialmente quanto à repercussão da temática em sua atuação profissional; declaração sobre o nível de compreensão do idioma italiano.

O objetivo geral do curso é propiciar uma visão geral sobre Direito Penal e sobre a justiça criminal na Itália, além de, entre outros, fomentar a visão crítica das ciências penais e respectivos instrumentos de controle social, na perspectiva do direito comparado, capacitando o aluno para lidar com a (a)d(i)

versidade na doutrina; aprofundar o estudo sistemático das Ciências Penais no contexto europeu, ressaltando os aspectos pragmáticos de sua aplicação na Itália; e promover o diálogo intercultural, no âmbito da ciência global, com vistas à pesquisa comparativa dos fenômenos sociais relacionados à criminalidade e à legitimidade da punição.

O curso será no campus V da Universidade de Roma Tor Vergata – na Via di Pasolombardo, 341, por meio de parceria entre a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e a FESMP de um lado e de outro a Associazione Culturale International Experience. Participam da seleção de discentes ainda o Conselho Científico do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento do Ministério Público de Minas Gerais (Ceaf/MPMG). A coordenação geral é de Frederico Penna (International Experience /Tor Vergata) e a local é do promotor de Justiça Rodrigo Ienacco de Moraes.

O programa definitivo do curso – conteúdo, atividades e corpo docente – será elaborado pela universidade e divulgado oportunamente. A seleção será feita mediante análise curricular, sendo valorizados a experiência na aplicação do Direito Penal, com atuação prática consolidada; envolvimento do candidato com pesquisas nas ciências penais; exposição das razões pelas quais pretende realizar o curso e o nível de conhecimento italiano.

A seleção prévia será feita por Rodrigo

Promotores e procuradores de Justiça mineiros, para terem prioridade a uma das 30 vagas reservadas, devem enviar a inscrição, impreterivelmente, até 1º de março de 2015

Ienacco (AMMP), Antônio de Padova Marchi Júnior, pela presidência da AMMP, Wagner Merteleto, pela direção da FESMP; Fábio Guedes de Paula Machado, pela FESMP, Cleverson R. Sbarci Guedes, pelo Conselho Científico do Ceaf/MPMG, e Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro, pelo Ceaf/MPMG.

O resultado será divulgado em 17 de abril de 2015. O valor do curso, incluindo os demais serviços oferecidos, é de EUR\$2.3150,00 em quarto individual ou EUR\$2.250,00 em quarto duplo, por participante. Acompanhante não participante, EUR\$850,00.

A certificação se dá no nível de “formação complementar”, para fins de atualização e aperfeiçoamento técnico-profissional, sem equivalências às regras vigentes no Brasil relativas aos cursos de especialização ou de pós-graduação *stricto sensu*. Será dada pela Universidade de Roma Tor Vergata, com menção à respectiva carga horária.

Mais informações na FESMP (www.fesmpmg.org.br)

JUS prorroga prazo para recebimento de trabalhos

As inscrições de artigos e peças processuais para publicação na Revista JUS nº 30 foram prorrogadas e vão até o 5 de dezembro. As produções devem ser enviadas para o e-mail comunicacao@ammp.org.br.

Os trabalhos deverão ser apresentados obrigatoriamente com folha de rosto contendo os seguintes dados: nome do autor, qualificação profissional e acadêmica, endereço completo, telefones e endereço de e-mail.

Os artigos doutrinários para publicação na Revista da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) deverão ser inéditos e para publicação exclusiva. Uma vez publicados na JUS, também poderão sê-lo

em livros e coletâneas, desde que citada a publicação original.

As peças processuais consistirão, exclusivamente, em razões e contrarrazões de recurso, alegações finais e pareceres. A identificação das partes, juízo e da comarca, deverá ser suprimida.

A Revista se reserva o direito de aceitar ou vetar qualquer trabalho recebido, de acordo com as recomendações do seu corpo editorial, como também o direito de propor eventuais alterações.

Os artigos originais devem ser apresentados de forma completa, dentro da seguinte estrutura: título do artigo, nome do autor,

qualificação profissional e acadêmica, resumo do artigo, palavras-chave, sumário do artigo, epígrafe (se houver), texto do artigo, resumo do artigo em língua estrangeira, palavras-chave em língua estrangeira (espanhol, inglês, francês, italiano ou alemão), referências.

Os trabalhos serão selecionados pelo Conselho Editorial da Revista, que poderá solicitar sua avaliação por profissionais com reconhecida produção científica na área.

Em qualquer hipótese, a autoria dos trabalhos não será identificada, como também não será informada a identidade dos responsáveis pela avaliação.

As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

Eventuais dúvidas poderão ser aclaradas pelo e-mail: comunicacao@ammp.org.br

Mineiros recebem o Prêmio

Solenidade de entrega ocorreu na abertura do 5º Congresso Brasileiro

A premiação materializa o reconhecimento dos programas e projetos do Ministério Público que mais se destacaram na busca da concretização e alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional, como estabeleceu a Resolução nº 94

Os promotores de Justiça mineiros Celso Penna Fernandes Júnior e Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, da Promotoria da Infância e Juventude de Belo Horizonte, conquistaram o primeiro lugar do Prêmio CNMP com o trabalho “Protocolo de humanização do atendimento às vítimas de violência sexual”, na categoria Indução de Políticas Públicas; e Marcos Paulo de Souza Miranda, da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, com o trabalho “Combate ao comércio ilícito de bens culturais”, primeiro lugar na categoria Unidade de Eficiência da atuação Institucional e Operacional e quinto lugar na categoria Profissionalização da Gestão.

A solenidade de premiação dos 40 finalistas foi realizada no dia 21 de outubro durante o 5º Congresso Brasileiro de Gestão. Concorreram 655 práticas inscritas no Banco Nacional de Projeto.

Os projetos foram enquadrados em oito categorias: Defesa dos Direitos Fundamentais; Transformação Social; Indução de Políticas Públicas; Diminuição da Criminalidade e da Corrupção; Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional; Comunicação e Relacionamento; Profissionalização da Gestão e Tecnologia da Informação.

Para o presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Rodrigo Janot, todos os 40 finalistas podem ser considerados vencedores, haja vista a estreita ligação com a missão institucional do Ministério Público. “A premiação materializa o reconhecimento dos programas e projetos do Ministério Público que mais se destacaram na busca da concretização

e alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional, como estabeleceu a Resolução nº 94. Representa, também, a disseminação dessas ideias inovadoras, que visam à maior eficiência, ao aprimoramento da atividade finalística e, em última análise, à satisfação da sociedade, que procura, na atuação do Ministério Público, a defesa de seus direitos e interesses”.

O conselheiro do CNMP e presidente da Comissão de Planejamento Estratégico, Cláudio Portela, agradeceu o empenho das unidades do Ministério Público pelo cadastramento dos projetos no Banco Nacional de Projetos. Portela asseverou que o Prêmio CNMP é uma importante fonte de memória institucional, além de retratar a mudança cultural no MP, que se volta à gestão de resultados.

Para o Marcos Paulo, o Prêmio é o “reconhecimento ao trabalho do MPMG e de todas as nossas instituições parceiras, pois o projeto é desenvolvido desde 2003 e a sua força vem da soma dos esforços de muitas pessoas. Serve como um estímulo para que os trabalhos sejam fortalecidos e expandidos, pois o resgate do nosso patrimônio cultural é um desafio permanente”.

Para Maria de Lurdes e Celso Penna, ter recebido o primeiro lugar do Prêmio CNMP 2014, na categoria Indutor de Políticas Públicas, significa o reconhecimento dos colegas do MP sobre o trabalho que a 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível de Belo Horizonte vem realizando em uma problemática difícil de intervenção que é a violência sexual contra crianças e adolescentes.



Foto Sérgio Almeida

Protocolo de atendimento às vítimas

Em 2006, a 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível de Belo Horizonte e demais atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente começaram a discutir a necessidade de promover a integração do atendimento às vítimas de violência sexual.

O trabalho vencedor busca promover a articulação entre os setores da segurança pública e do Sistema Único da Saúde (SUS), responsáveis pelo atendimento às vítimas urgentes de

Combate ao comércio

Esse projeto foi criado com base na Resolução nº 78/2005, que deu origem à Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. O objetivo dessa promotoria é articular ações de preservação e proteção do patrimônio cultural mineiro, incluindo aquelas voltadas ao combate ao comércio ilícito de bens culturais.

O comércio ilícito de bens culturais constitui um tipo de criminalidade presente em todo o mundo e movimenta menos recursos que o tráfico de drogas e de armas. Estima-se que 60% do patrimônio cultural de Minas Gerais constituído de bens móveis sacros tenham sido deslocados ilicitamente de seus locais de origem.

O objetivo do projeto é prevenção e repressão permanentes ao comércio ilícito de bens culturais, mediante adoção de ações extrajudiciais e judiciais, cíveis e criminais. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se: a criação e a implantação do programa de registro e a identificação de peças sacras

Divulgação



Maria de Lurdes, Maria Odete e Marcos Paulo

O Prêmio

O Prêmio CNMP foi instituído em 2013 pela Resolução CNMP nº 94 e está na segunda edição. A comissão julgadora desta edição foi composta por todos os conselheiros do CNMP, representantes do Senado Federal, Câmara dos Deputados, CNJ, Secretaria da Reforma do Judiciário, Associações do Ministério Público, Escolas Superiores do MP, OAB e comunidade acadêmica.



humanização do as de violência sexual

violência sexual, objetivando evitar processo de revitimização e aumentar o índice de condenação dos agressores sexuais. Destacam-se as ações de capacitação e as reuniões de articulação com diversos atores.

Como resultados significativos estão a capacitação de médicos legistas, policiais civis, policiais militares; a implantação do protocolo em quatro hospitais; a aprovação de emendas populares e a publicação de decreto estadual.

ilícito de bens culturais

desaparecidas; a realização de operações integradas de busca e apreensão de bens culturais ilicitamente comercializados; a proposição de ações civis públicas para restituição de bens culturais a seus locais de origem e de ações penais contra receptadores de bens culturais; a inserção de peças sacras mineiras subtraídas na base de dados da Polícia Internacional, a Interpol; a realização de exposição de bens sacros apreendidos objetivando a conscientização da população sobre a importância do tema.

Como resultado, tem-se que mais de 300 peças sacras ilicitamente subtraídas foram apreendidas, sendo três delas de autoria atribuída a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, patrono das artes do Brasil. O trabalho judicial formou uma inédita e sólida jurisprudência sobre a temática no Brasil. Houve aproximação do Ministério Público com a comunidade, uma vez que diversas denúncias sobre bens culturais desaparecidos têm chegado à Promotoria, destaca Marcos Paulo.

Os vencedores

Categoria Defesa dos Direitos Fundamentais

- 1º lugar – Criança não é brinquedo – Violência sexual contra crianças e adolescentes não é brincadeira - Ministério Público do Estado de Goiás
- 2º lugar – Ministério Público pela Educação – MPEduc - Ministério Público Federal e Ministério Público dos Estados
- 3º lugar – Resíduos. Do lixo à gestão sustentável - Ministério Público do Estado da Bahia
- 4º lugar – Programa Alimento sem risco - Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Categoria Transformação Social

- 1º lugar – Catadores organizados, inclusão garantida - Ministério Público do Estado de Sergipe
- 2º lugar – MPF nas comunidades amazônicas - Ministério Público Federal
- 3º lugar – Amigo Verde – Gramorezinho - Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
- 4º lugar – Bem Educar Cavalcante – comunidade calunga de Vão de Almas – 1ª etapa - Ministério Público do Estado de Goiás
- 5º lugar – MP itinerante – ônibus da cidadania - Ministério Público do Estado de Sergipe

Categoria Indução de Políticas Públicas

- 1º lugar – Protocolo de humanização do atendimento às vítimas de violência sexual - Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- 2º lugar – Projeto de adequação ambiental de postos de combustíveis - Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
- 3º lugar – Círculos educativos contra a violência - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- 4º lugar – Segurança pública integrada – regionalização do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) - Ministério Público do Estado da Bahia
- 5º lugar – Conte até 10 – esporte nas escolas - Ministério Público do Estado do Maranhão

Categoria Diminuição da Criminalidade e da Corrupção

- 1º lugar – MPF contra a escravidão contemporânea - Ministério Público Federal
- 2º lugar – Fomento ao controle social do SUS - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- 3º lugar – Movimento Paraná sem corrupção - Ministério Público do Estado do Paraná
- 4º lugar – Núcleo de Apoio ao Sistema Prisional (Nasp) - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- 5º lugar – II concurso cultural de vídeos de curta-metragem “Vote consciente, transforme o mundo!” - Ministério Público do Estado de Rondônia

Categoria Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional

- 1º lugar – Combate ao comércio ilícito de bens culturais - Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- 2º lugar – Reestruturação do processo de investigação - Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
- 3º lugar – Sistema de Acompanhamento das Cofimps e das Ações Penais Tributárias (Siacap) - Ministério Público do Estado de Pernambuco
- 4º lugar – Elaboração de material para facilitar a adequação das unidades às normas de acessibilidade - Ministério Público Federal
- 5º lugar – Viver para servir – uma nova concepção de vida no trabalho - Ministério Público do Estado do Acre

Categoria Comunicação e Relacionamento

- 1º lugar – Promotoria Comunitária: MP mais perto de você - Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
- 2º lugar – Judicialização da saúde: o Ministério Público na reconstrução das políticas públicas - Ministério Público do Estado do Maranhão
- 3º lugar – Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) - Ministério Público do Estado do Acre
- 4º lugar – Programa MP + Família - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- 5º lugar – Vivendo e aprendendo - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Categoria Profissionalização da Gestão

- 1º lugar – Mapa Social - Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
- 2º lugar – Otimização da atuação das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude na tutela individual – área não infracional - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- 3º lugar – Gestão itinerante e participativa - Ministério Público do Estado do Pará
- 4º lugar – Digitalização da massa documental do Ministério Público do Estado de Goiás - Ministério Público do Estado de Goiás
- 5º lugar – Combate ao comércio ilícito de bens culturais - Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Categoria Tecnologia da Informação

- 1º lugar – Sistema Natera – efetividade do atendimento à pessoa com dependência química - Ministério Público do Estado do Acre
- 2º lugar – Sistema do Milênio - Ministério Público do Estado da Bahia
- 3º lugar – Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional (Depei) - Ministério Público Federal
- 4º lugar – Processo Eletrônico do MPF: da interoperabilidade com oito tribunais até a atuação ministerial via tablets - Ministério Público Federal
- 5º lugar – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti) - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Escuta de idosos é tema do livro de Selma Maria

MARIA DO SOCORRO MATTOS



▲ Selma Maria e Luiz Alberto Magalhães

A diretora financeira da AMMP, procuradora de Justiça Selma Maria Ribeiro Araújo, lançou, no dia 30 de outubro, o livro *"A Escuta dos idosos: um novo paradigma"*. O lançamento foi no hall da AMMP. O livro é resultado de um curso de especialização *latu sensu* sobre pastoral, no Instituto Santo Tomaz de Aquino (Ista).

Para Selma Maria, o lançamento do livro é um momento especial, "muito feliz", porque é o fechamento exitoso do curso.

O lançamento foi prestigiado por promotores e procuradores de Justiça, ex-diretores da AMMP, familiares e amigos.



Jadir Cirqueira lança "A convivência familiar e comunitária e o acolhimento institucional"

O promotor de Justiça Jadir Cirqueira de Souza, de Uberlândia, lançou, no dia 17 de outubro, o livro *"A convivência familiar e comunitária e o acolhimento institucional"*, pela Editora Pillares.

O livro é fruto de trabalho premiado em 1º lugar do Concurso Melhores Práticas do Ministério Público 2013, promovido pela Associação

Mineira do Ministério Público (AMMP).

O lançamento, que teve a presença da primeira vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Shirley Fenzi, se deu durante o IV Encontro Estadual de Adoção de Minas Gerais & II Encontro de Parentalidade e Adoção, no auditório Sal da Terra, em Uberlândia.



Livro de promotora de Justiça pernambucana foi tema de debate no Fórum das Letras em Ouro Preto

A promotora de Justiça pernambucana Andrea Nunes participou de debate no Fórum das Letras, em Ouro Preto, em 1º de novembro, sobre seu livro *"A Corte Infiltrada"*, que mistura ficção e realidade em um romance policial sobre o crime organizado no Brasil.

A obra, lançada em abril, revela a desconcertante promiscuidade entre o crime organizado e o Poder em Brasília, criando, através de narrativa ágil e envolvente, uma forma diferenciada de sensibilizar a população - inclusive a juventude - sobre a importância do combate à corrupção, fomentando o aprofundamento de uma discussão ética sobre o limite dos seus mecanismos de controle.

Andrea Nunes é titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público em Recife desde 2001, tendo como uma de suas atribuições o combate à corrupção. É membro da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba - estado onde nasceu.

Manual do Promotor de Justiça já está nas prateleiras

O promotor de Justiça Marcus Paulo Queiroz Macêdo, de Araxá, lançou no dia 17 de novembro, no salão do Tribunal do Júri - na Uniaraxá, o *Manual do Promotor de Justiça: Teoria e Prática*. O livro faz parte da coleção Manual das Carreiras da editora Jus Podivm.



PGR e Câmara dos Deputados têm salas especiais para o MP

A Procuradoria-Geral da República e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) inauguraram duas salas para apoiar os membros do MP: uma na própria Procuradoria e outra na Câmara dos Deputados. A presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti; o 1º e o 2º vice-presidente Nedens Ulisses e Victor Hugo Azevedo; o secretário-geral Alexandre Magno; e o tesoureiro Marcelo Oliveira participaram das duas solenidades. Também esteve presente Antonio Marcos Dezan, presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT). A procuradora-geral de Justiça de Minas Gerais, Maria Odete Souto, participou das duas solenidades.

Integrantes de todas as especialidades do MP, reunidos em frente à sala B116 da PGR, acompanharam

a cerimônia. Na oportunidade, a presidente da Conamp declarou: “com esta sala, tenho a convicção de que estamos inaugurando hoje um novo capítulo na história do MP que sela a união e a cooperação entre os ramos do *parquet*”.

Em sua manifestação, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou ter buscado, mais do que oferecer um espaço, emitir um sinal. “Desde que assumi a presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), tenho feito movimentos na direção da nossa união, porque acredito que estamos maduros o suficiente para manter o diálogo, sem evitar as



Divulgação

divergências, que também nos ajudam e contribuem para nosso crescimento”, disse Janot.

▲ Maria Odete e Nedens Ulisses, na Sala do MP na PGR

Parlamento

Depois da solenidade na PGR, a diretoria da Conamp acompanhou a inauguração de outro local destinado aos membros do MP – a sala 32 do anexo IV da Câmara dos Deputados.

CNMP arquiva processo contra membros do MPMG

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) arquivou Reclamação Disciplinar movida pelo juiz de Direito Octávio de Almeida Neves, em desfavor do procurador de Justiça Afonso Henrique de Miranda Teixeira e do promotor de Justiça Renato Augusto de Mendonça, alegando que os membros do MP teriam faltado com o respeito para com o magistrado, extrapolando os limites da mera crítica processual.

Na decisão de arquivamento, a Corregedoria Nacional do Ministério Público asseverou que: “não há dúvidas de que se mostra preferível promotores de Justiça com o perfil combativo e aguerrido dos reclamados do que membros do Ministério Público inertes e descompromissados com a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A função ativa do *parquet*, pela sua essência,

incomoda aqueles que têm seus interesses atingidos por uma firme atuação institucional, fazendo com que muitos agentes ministeriais sejam alvo de representações correccionais e outras medidas com as mais variadas finalidades, sendo uma das principais funções do Conselho Nacional do Ministério Público zelar pela autonomia funcional do Ministério Público brasileiro (art. 130-A da Constituição da República).”

“Não há dúvidas de que se mostra preferível promotores de Justiça com o perfil combativo e aguerrido dos reclamados do que membros do Ministério Público inertes e descompromissados com a defesa da ordem jurídica”

AMMP-Saúde tem mais nove credenciamentos

O AMMP-Saúde comunica nove novos credenciamentos celebrados de 20 de agosto a 20 de outubro.

- Alcance Oftamologia – Belo Horizonte
- Analysis Laboratório – Itamonte
- Clínica de Diagnóstico por Imagem Governador Valadares
- Gastro Vida Clínica do Aparelho Digestivo – Montes Claros
- Ideal Diagnóstico por Imagem – Diamantina

- L & L Serviços Médicos – Oftamologia – Patos de Minas
- Ricardo Mazzoni de Almeida – Fisioterapia – Belo Horizonte
- RM Ressonância – Uberlândia
- Tavares & Neves* – Serviços Fisioterápicos – Belo Horizonte

* Esse é o novo nome da Bem-Estar, que mudou sua razão social.

** O Hospital Felício Rocho disponibilizou o serviço de consulta com hora marcada, através do Centro de Excelência em Atenção Primária (Ceap) anexo ao hospital.

O Ceap localiza-se na Rua Uberaba, 500, em Belo Horizonte. A central de atendimento atende pelo número (31) 3514-7000. Agendamento pode ser feito de segunda a segunda, das 6 às 22 horas.

AMMP promove a festa das crianças

Muito animada e alegre foi a celebração do Dia das Crianças, no dia 24 de outubro no parque esportivo da AMMP.

Mais de 120 crianças e cem adultos participaram da festa, que teve contação de histórias, brinquedos diversos, bufê infantil e muitas guloseimas, que fizeram a alegria da garotada.



Fotos: Pedro Henrique



FESTA DAS CRIANÇAS



Supremo Tribunal publica mais de 430 acórdãos pendentes

O Diário de Justiça Eletrônico (DJe) do Supremo Tribunal Federal (STF) do dia 30 de outubro publicou 437 acórdãos relativos a processos julgados há mais de 60 dias.

“A publicação das decisões judiciais é procedimento essencial do processo que culmina com a entrega da prestação jurisdicional”

A medida obedece à Resolução 536 do STF, em vigor desde 20 de outubro, que fixou o prazo de 60 dias após a sessão de julgamento para que as decisões sejam publicadas, como previsto no artigo 95 do Regimento Interno da corte. Cerca de 1,5 mil acórdãos ainda estão na Secretaria Judiciária aguardando publicação, mas se referem a decisões tomadas há menos de 60 dias.

Um dos acórdãos publicados é o do julgamento da Proposta de

Súmula Vinculante (PSV) 45, que trata da aposentadoria especial de servidor público. Também está na lista o acórdão do julgamento da medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.638, no qual o Plenário esclareceu regra sobre aplicação de pena a magistrados. Esse julgamento foi encerrado em fevereiro de 2012.

Entre os processos pendentes há mais tempo está o acórdão do Habeas Corpus (HC) 88.970, julgado em 2007. A 2ª Turma do STF anulou a sentença que determinou o julgamento pelo júri popular de ex-prefeito da cidade de Tancredo Neves (BA), acusado de ser mandante do assassinato de vereador do município.

O objeto da Resolução 536 é resolver o problema do acúmulo de

acórdãos pendentes de publicação. Sem essa publicação, não é possível a interposição de recursos pelos advogados. Não há punições previstas, mas caso o prazo de 60 dias vença sem que haja pedido de mais tempo, a Secretaria Judiciária está obrigada a publicar a transcrição do julgamento, ressaltando que não houve revisão pelos ministros.

O Tribunal busca, com essa medida, assegurar aos jurisdicionados os preceitos constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade do trâmite processual. “A publicação das decisões judiciais é procedimento essencial do processo que culmina com a entrega da prestação jurisdicional”, diz o ministro Lewandowski no texto da regulamentação.

Tribunais federais e estaduais julgaram mais de 74 mil processos de corrupção e improbidade

Mais de 74 mil processos referentes a corrupção foram julgados nos primeiros sete meses deste ano, segundo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foram julgados pela Justiça Federal e estadual 74.186 processos. O levantamento foi feito para medir o cumprimento da chamada Meta 4, firmada no ano passado. Essa meta estabelece que os tribunais identifiquem e julguem até 31 de dezembro deste ano ações de improbidade administrativa e ações penais ligadas a crimes contra a administração pública.

Conforme o levantamento, a Justiça Federal já cumpriu 82% da meta, julgando 15.474 processos ajuizados em 2011 e 8.057 ajuizados em 2012. Até o fim do ano, deve julgar 28.463 processos para cumpri-la. A Justiça estadual executou 35,77% da meta de combate à corrupção, julgando 50.655 processos. Entre os crimes que constam no cálculo estão os de corrupção ativa, corrupção passiva, improbidade administrativa e outros contra a administração pública, como peculato. De acordo com balanço do

CNJ, soma parcial de 2014 supera as 63.363 ações contra corrupção analisadas em 2012 e 2013.

A meta, entretanto, não estabelece nada a respeito de condenações. O CNJ sequer precisa ser informado sobre quantas são elas nos tribunais. Alguns deles, porém, divulgaram esses números. O Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo, registrou 248 condenações entre os 14.394 processos julgados de janeiro a julho de 2014. No TJ-RS, 511 foram condenados entre 2.111 julgamentos. No TJ-DF, foram 807 condenações em 1.909 ações julgadas.

Para o presidente da Comissão Especial de Combate à Corrupção e à Impunidade da OAB, Humberto Henrique Costa Fernandes, as metas estabelecidas pelo CNJ ajudaram na melhoria da logística do Judiciário brasileiro. Além disso, ele destaca que o aumento do número de ações julgadas revela que o “processo de civilidade está mais intolerante à corrupção e, por conseguinte, à impunidade”.

Na Justiça estadual, a meta era julgar os 86.418 processos ajuizados

até o fim de 2012. Foram cumpridos 35,77% da meta de combate à corrupção, com o julgamento de 30.911 ações relacionadas ao tema. Em relação à improbidade administrativa, a Justiça estadual cumpriu 32,17% da meta, julgando 9.501 processos; em relação aos crimes contra a administração pública, foram julgados 21.410 processos, resultando no cumprimento de 37,64% da Meta 4 até julho de 2014.

Entre os tribunais de Justiça (TJs), o maior percentual de cumprimento até agora é do TJ de Alagoas (TJAL), que já atingiu 93,04% da meta, tendo julgado 1.687 processos, sendo 204 com condenações. O TJ do Rio de Janeiro (TJRJ) cumpriu 22,42% da Meta 4, julgando 3.257 processos, e o TJ do Rio Grande do Sul (TJRS) cumpriu 57,80%, julgando 2.111 processos, sendo que 511 já resultaram em condenações. Até julho de 2014, o TJSP cumpriu quase metade da Meta 4: 49,14%. Julgou 14.394 processos, sendo 7,3 mil com resolução de mérito e, destes, houve condenações em 248 ações.

O aumento do número de ações julgadas revela que o “processo de civilidade está mais intolerante à corrupção e, por conseguinte, à impunidade”

Auxílio-moradia é regulamentado pelo CNMP

O pagamento do auxílio-moradia aos integrantes do Ministério Público foi regulamentado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A Resolução foi publicada em 16 de outubro. Conforme a regulamentação, o pagamento do benefício será feito aos membros do MP da União e dos estados em atividade.

Para o presidente do CNMP, Rodrigo Janot, a aprovação do benefício significa o “reconhecimento de mão dupla da simetria constitucional entre o Poder Judiciário e MP brasileiro”.

Segundo a Resolução, cujo relator foi o conselheiro Jeferson Coelho, os membros do Ministério Público em atividade fazem jus à ajuda de custo para moradia,

desde que não disponibilizado imóvel funcional condigno, na localidade de lotação ou de sua efetiva residência.

A Resolução estabelece que o valor do auxílio não poderá exceder o fixado para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e não será inferior àquele pago aos membros do Poder Judiciário correspondente.

Não terá direito ao auxílio e, de igual modo, seu pagamento cessará quando:

I – estiver aposentado ou em disponibilidade;

II – estiver afastado ou licenciado;

III - seu cônjuge ou companheiro ocupe imóvel funcional ou receba auxílio-moradia na mesma localidade.

O CNMP e cada unidade do MP podem expedir normas complementares à Resolução.

A presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, e o 1º vice-presidente Nedens Ulisses acompanharam a sessão de 7 de outubro. Também estiveram presentes o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj), Luciano Mattos; o presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Antonio Dezan; e o presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Giovanni Rattacaso.

A aprovação do benefício significa o “reconhecimento de mão dupla da simetria constitucional entre o Poder Judiciário e MP brasileiro”

Mobilização

A Conamp se mobilizou em prol da regulamentação do auxílio-moradia para os integrantes do MP desde a decisão do ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal (STF) que autorizou o pagamento do benefício aos diversos ramos da magistratura. Devido à paridade constitucional, a entidade defendeu que a ajuda de custo para moradia nas localidades em que não houver residência oficial à disposição também deveria ser estendida aos promotores e procuradores de Justiça.

A presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, o 1º e o 2º vice-presidente, Nedens Ulisses

e Victor Hugo Azevedo, o secretário-geral Alexandre Magno, e o tesoureiro Marcelo Oliveira atuaram em conjunto com diversas entidades do MP e da magistratura em busca da melhor maneira de implementar o pagamento do auxílio-moradia.

No dia 1º de outubro, a Conamp realizou a primeira reunião extraordinária do conselho deliberativo para tratar do tema. A entidade defendeu a efetivação do auxílio-moradia nos termos da decisão decretada pelo ministro Fux do STF.

Além dos membros do MP brasileiro e das associações afiliadas à Conamp, participou da

reunião da Conamp o conselheiro Marcelo Ferra do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); o conselheiro Gilberto Valente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); o vice-presidente da região Centro-Oeste do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE), Lauro Machado Nogueira; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Alexandre Camanho; o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Antônio César Bochenek; e o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo Luiz Schmidt.

Devido à paridade constitucional, a entidade defendeu que a ajuda de custo para moradia nas localidades em que não houver residência oficial à disposição também deveria ser estendida aos promotores e procuradores de Justiça

Esdras Dantas do CNMP é o novo ouvidor nacional

O conselheiro Esdras Dantas de Souza foi eleito ouvidor nacional do Ministério Público no dia 6 de outubro, durante a 19ª sessão ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A posse ocorreu no mesmo dia.

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público estabelece um diálogo permanente entre os cidadãos e o CNMP,

contribuindo para o constante aperfeiçoamento do órgão mediante a análise, contabilização e resposta às demandas colhidas dos usuários, bem como levando ao público informações relevantes sobre as atribuições e funcionamento do Conselho.

O objetivo é aperfeiçoar o atendimento ao usuário e os serviços prestados

a partir da troca de informações entre os diversos MPs do país.

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público também tem a missão de integrar as ouvidorias do Ministério Público de todo o Brasil. Todas as demandas encaminhadas à Ouvidoria serão registradas eletronicamente e podem ser acompanhadas pelo portal do CNMP.

Equipe da AMMP estreia no All Limits



Foi realizada na Lagoa dos Ingleses, nos dias 25 e 26 de outubro em Nova Lima, o All Limits – festival esportivo com quatro modalidades em um único evento. O líder desse movimento é a corrida de rua, hoje o segundo esporte mais praticado no Brasil. Com crescimento igualmente notável, estão o triathlon, o mountain bike e a natação em águas abertas.

Os atletas puderam participar do triathlon, que reúne natação, corrida e mountain bike, ou participar de cada modalidade de forma avulsa. Foram oferecidas atividades e níveis de dificuldade variados, ampliando assim, o público participante.

As chuvas elevaram o nível de dificuldade, mas a primeira participação da AMMP foi muito positiva. Já se pensa na próxima etapa.



Night Run tem etapa em Belo Horizonte



Em 18 de outubro foi realizada a Night Run – etapa Júpiter, que tem a música e a luz como diferenciais por ser uma corrida noturna. Nesse período, Belo Horizonte passava por escassez de chuva com as temperaturas a cada dia batendo recordes.

Apesar do calor e tempo seco, o clima à noite esteve agradável. Milhares de corredores marcaram presença.

Track&Field

Estão abertas as inscrições ao Track&Field Run Series, mais uma oportunidade para pessoas apaixonadas pelo esporte e pelo bem-estar físico participarem de um evento organizado, estruturado e que oferece uma variedade de percursos e trajetos.

Os inscritos recebem um kit atleta com uma camiseta exclusiva.

Com início em 2004, o circuito de corrida atrai milhares de atletas pelas ruas do país. Ao todo em 2014, serão 60 etapas em 31 cidades brasileiras. Na capital, a AMMP participa de todas.

Correção

Accioly foi o campeão do 10º Torneio de Tênis da AMMP

Diferentemente do que foi noticiado na edição nº 66 do AMMP Notícias, o campeão do 10º Torneio de Tênis

foi o promotor de Justiça Samuel Accioly e não o procurador de Justiça Antônio de Padova, como destacamos na

capa e no título da página 16. Accioly venceu com parciais 6/0 no primeiro game e 6 /0 no segundo.

